

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Objetivo da reunião: planejamento de ações.

Data, horário e local: 17/07/2023, às 16h – Gabinete da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região e Plataforma Zoom.

Participantes: Desembargadora Leticia De Santis Mello (Presidente da CPAMAS do TRF2); Juiz Federal Dario Ribeiro Machado Junior (convocado para atuar em apoio à CPAMAS do TRF2); Juíza Federal Marcela Ascer Rossi (Presidente da CPAMAS/SJRJ); Juíza Federal Mônica Maria Cintra Leone Cravo (que substituiu a juíza federal Laura Bastos Carvalho, enquanto membro da CPAMAS/SJRJ, durante o período de licença-maternidade); juiz federal Marcelo da Rocha Rosado (que substituiu a juíza federal Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto na Presidência da CPAMAS/SJES durante as férias); Carlos Eduardo da Costa Cruz (membro da CPAMAS/SRJR) e Bruno Farah (psicólogo do Tribunal).

1. Considerações iniciais

Às 16h, na sede do TRF da 2ª Região, e também por meio da Plataforma Zoom, foi iniciada a reunião para planejar as primeiras iniciativas conjuntas das três Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação da Justiça Federal da 2ª Região, com discussão de diversos temas a seguir detalhados.

2. Capacitação das CPAMAS (TRF2, SJRJ e SJES)

A desembargadora Leticia De Santis Mello iniciou a reunião frisando a necessidade de que haja despersonalização das iniciativas, ressaltando que os eventos de capacitação devem permitir que especialistas no tema, inclusive de outras instituições, compartilhem suas experiências e conhecimentos técnicos, evitando-se que as Comissões se tornem autorreferentes.



Além disso, destacou que no caso de capacitações internas, como as que já ocorreram no passado, é importante que haja um registro, por escrito, ou a disponibilização de material para aproveitamento no futuro.

Sob outro aspecto, foram prestados esclarecimentos quanto ao Programa “Nós por Elas”, no sentido de se tratar de uma ação conjunta das três Comissões da 2ª Região, e não de uma iniciativa individual do setor de psicologia do Tribunal.

Ao final, todos os membros presentes acordaram que o evento de capacitação deve ser voltado para a definição dos fluxos das notícias de assédio e de discriminação, tendo em vista a importância da formalização dessa normativa.

3. Apresentação e esclarecimentos sobre o programa “Nós por Elas”: finalidade, modo de funcionamento e relevância

A juíza federal Mônica Maria Cintra Leone Cravo, integrante da Comissão de Saúde, que também substituiu a juíza federal Laura Bastos Carvalho na CPAMAS/SJRJ, expôs, resumidamente, as ações já praticadas no âmbito do programa “Nós por Elas”, enfatizando tratar-se de uma iniciativa elaborada em conjunto pela Subcomissão Gestora Local de Atenção Integral à Saúde da 2ª Região, pelas CPAMAS do TRF2 e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRF2 e pelo Centro de Inteligência da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Além disso, informou sobre a existência de um grupo no aplicativo WhatsApp a para debates e troca de informações relacionadas ao programa “Nós por Elas”, sendo acordado que o juiz federal Dario Ribeiro Machado Junior, convocado para atuar em auxílio à Corregedoria e em apoio à CPAMAS do TRF2, bem como a servidora Paula Brígido, assessora junto à Corregedoria, seriam adicionados a esse grupo.

4. Alteração das Resoluções que normatizam as CPAMAS: competência de cada comissão, fluxo de notícias e composição dos membros

A desembargadora Leticia Mello informou sua intenção de alterar a Resolução nº TRF2-RSP-2021/00003, que institui, no âmbito do TRF da 2ª Região, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, e



informou que o Juiz Federal Dario Ribeiro Machado Junior e a sua assessora, Paula Brígido Steele, já haviam iniciado as pesquisas e a elaboração da proposta. Quanto ao ponto, comprometeu-se a, posteriormente, submeter a minuta à apreciação das Presidentes das CPAMAS das Seções Judiciárias do RJ e do ES.

Além disso, a desembargadora Leticia Mello ressaltou a importância de haver redução na composição das Comissões, inclusive como forma de estimular a participação efetiva de seus membros. O ponto também será abordado na proposta de alteração da Resolução. Também destacou a necessidade de que a nova resolução delimite a competência de cada Comissão e formalize um fluxo de notícias homogêneo no âmbito da 2ª Região.

Por fim, sugeriu que haja utilização, como base para elaboração da proposta de nova resolução, da cartilha do Tribunal de Justiça do Amazonas, tendo em vista não somente a sua excelência, mas também considerando tratar-se de documento divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça no evento ocorrido no dia 28/06/2023.

5. Nota Técnica a respeito das servidoras gestantes e lactantes

A juíza federal Mônica Maria Cintra Leone Cravo trouxe a conhecimento da Desembargadora Leticia Mello a Nota Técnica relativa às servidoras gestantes e lactantes. Quanto ao tema, destacou a importância de que seja efetivamente implementada, explicando que a ideia é realizar entrevistas com gestores dos diversos Gabinetes, para entender como está ocorrendo o teletrabalho para as referidas servidoras.

A desembargadora Leticia Mello ponderou que a implementação da Nota Técnica demanda uma estruturação mais detalhada, sobretudo por envolver questões relacionadas ao teletrabalho, regime que é objeto de regulamentação específica, sendo interessante que haja uma atividade coordenada entre a Comissão do Teletrabalho, em caso de reativação, e com a própria Presidência.

Além disso, ponderou também a necessidade de que haja indicação concreta dos resultados que se pretende obter com as entrevistas, a forma como elas se dariam, isto é, a partir de qual metodologia, os benefícios dela advindos, e quais questões seriam colocadas aos gestores, a fim de que a Nota Técnica possa ser reavaliada, com retomada do debate sobre o assunto no futuro.



Por fim, a juíza federal Mônica Maria Cintra Leone Cravo comprometeu-se a enviar à juíza federal Marcela Ascer Rossi e à assessora Paula Brígido Steele todo o material referente à Nota Técnica.

6. Próximas ações

A desembargadora Leticia Mello informou o seu interesse em organizar um seminário, no mês de setembro, juntamente com a Comissão de Saúde, presidida pelo Desembargador Flávio Lucas, com o tema saúde mental no mundo do trabalho e sua interface com a política de combate ao assédio, especialmente voltado à sensibilização de magistrados sobre o tema.

A juíza federal Mônica Maria Cintra Leone Cravo sugeriu o juiz do trabalho da 9ª Região Leonardo Wandelli para palestrar sobre a saúde mental, o servidor Bruno Farah, psicólogo do TRF2, sugeriu a Procuradora Regional do Trabalho Adriane Reis, para palestrar sobre assédio moral, organizacional e estrutural, e a desembargadora Leticia Mello sugeriu a Juíza Federal da Justiça Militar Mariana Aquino para palestrar sobre assédio sexual.

